EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº <u>002/2020</u> REGISTRO DE PREÇOS DE PNEUS NOVOS

PROCESSO Nº 002/2020 Pregão Presencial nº 002/2020 TIPO MENOR PREÇO

Edital de Pregão Presencial para a contratação de empresa especializada PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, de acordo com o estabelecido no presente instrumento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AMARAL FERRADOR, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, 10.520/02 e suas alterações, bem como na forma da Lei Complementar 123/06 e suas alterações, torna publico, para o conhecimento dos interessados, que às 09 horas do dia 24 de março de 2020, na sala de reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura de Amaral Ferrador, sito na Praça IV de Maio, 16, Centro, Amaral Ferrador, se reunirá a Comissão Permanente de Licitações, com a finalidade de receber os envelopes de documentação e propostas relativos ao PRESENCIAL Nº 002/2020.

I – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação, a contratação, pelo **MUNICÍPIO**, de empresa especializada PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, de acordo com descrito no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I, parte integrante do edital, para fins de **REGISTRO DE PREÇOS**.

II – DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS

- **2.1** Poderão participar da presente licitação, todas as empresas do ramo pertinente e compatível com o objeto ora licitado, que atendam as exigências do edital e que não estejam legalmente impedidas de participar ou contratar com a Administração Pública.
- 2.2 Uma vez iniciada a sessão com a abertura dos envelopes contendo a proposta e documentação, não serão admitidos à licitação, participantes retardatários nem serão recebidos envelopes seja por qualquer meio.
- **2.3** A participação nesta licitação implicará em plena aceitação aos termos e condições deste edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes.
- **2.4** Não serão admitidas a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com o Município de Amaral Ferrador, ou que por este tenham sido declaradas inidôneas.

Praça IV de Maio, 16 - CEP 96635-000 – Amaral Ferrador / RS. Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814

III – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- **3.1** Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital se constatar irregularidade na aplicação da Lei 8.666/93, devendo protocolar o pedido até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento e abertura dos envelopes de proposta, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 03 (três) dias úteis.
- **3.2** Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de proposta, indicando as falhas ou irregularidades que viciaram o edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- **3.3** A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o transito em julgado da decisão a ela pertinente.
- **3.4** Não serão reconhecidas as impugnações interpostas via fax, e-mail ou estando vencidos os respectivos prazos legais.

IV – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

4.1 Os documentos de habilitação e proposta serão recebidos pelo PREGOEIRO e EQUIPE DE APOIO no dia, local e horário mencionados no preâmbulo, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, em 02 (dois) envelopes distintos, lacrados (fechados) e identificados, respectivamente, como nº 01 e 02, conforme abaixo:

AO MUNICÍPIO DE AMARAL FERRADOR
PREGÃO PRESENCIAL N°002/2020
PROCESSO N°002/2020
ENVELOPE N° 01 – PROPOSTA
PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

AO MUNICÍPIO DE AMARAL FERRADOR PREGÃO PRESENCIAL N°002/2020 PROCESSO N°002/2020 ENVELOPE N° 02 – HABILITAÇÃO PROPONENTE (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)

V – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada;



- **5.2** A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.
- **5.3** A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 5.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.
- **5.4** O credenciamento será efetuado da seguinte forma:
- I) Se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:
 - a) Cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;
 - **b**) Documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;
 - c) Inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil:
 - **d**) Decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
 - e) Registro comercial, se empresa individual.
 - II) Se representada por procurador, deverá apresentar:
 - a) Instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que constem os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1°, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou;
 - **b**) Carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os atos inerentes ao certame.
- **Observação 1**: Em ambos os casos acima (a e b), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.
- **Observação 2**: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.
- **5.5** Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.
- **5.6** A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 8.15 a 8.18 e 9.4, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal da empresa, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se

enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, além de todos os documentos previstos neste edital.

5.7 As cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 a 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 8.15 a 8.18 e 9.4, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, declaração, firmada por contador ou representante legal, ou qualquer outro documento oficial que comprove que se enquadra como beneficiária, além de todos os documentos previstos neste edital.

VI – DO PROCESSAMENTO

- **6.1** Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária, passando o **PREGOEIRO** ao imediato credenciamento dos interessados, os quais deverão:
 - **a)** Comprovar, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame;
 - b) Apresentar, ainda, declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

VII – DA PROPOSTA DE PREÇO

- **7.1** A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencialmente numeradas e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa. Deverá ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:
 - a) Razão Social da empresa;
 - b) Descrição completa do serviço a ser prestado, referências e demais dados técnicos;
 - c) Preço global líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora.
- **7.2** A proposta será pelo menor preço global, apurado após a etapa dos lances e de acordo com as especificações do serviço, sendo considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais, se houver, também em eventual contratação.
- 7.3 Prazo de garantia de no mínimo cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança.
- **7.4** Apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto.

VIII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS



- **8.1** Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.
- **8.2** Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.
- **8.3** No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.
- **8.4** Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.
- **8.5** A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida a ordem prevista nos itens 8.3 e 8.4.
- **8.5.1** Dada a palavra a licitante, esta disporá de 30s (trinta segundos) para apresentar nova proposta.
- **8.6** É vedada a oferta de lance com vista ao empate.
- **8.6.1** A diferença entre cada lance não poderá ser inferior a tabela abaixo:

Valor unitário	Lance mínimo
do item	(R \$)
(R \$)	
até 1,00	0,01
de 1,01 - 5,00	0,03
de 5,01 até 10,00	0,05
de 10,01 até 25,00	0,15
de 25,01 até 50,00	0,30
de 50,01 até 100,00	0,50
de 101,00 até 1.000,00	5,00
de 1.001,00 até 5.000,00	30,00
de 5.001,00 até 50.000,00	150,00
de 50.001,00 até 75.000,00	300,00
de 75.001,00 até 100.000,00	500,00
Acima de 100.001,00	600,00

8.7 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item XIII deste edital.



- **8.8** O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, consequentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.
- **8.9** Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **8.10** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- **8.11** Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados no preço orçado pela administração, decidindo motivadamente a respeito.
- **8.12** A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço unitário, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.
- **8.13** Serão desclassificadas as propostas que:
 - a) Não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
 - b) Contiverem opções de preços alternativos;
 - c) Forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
 - d) Se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos dos itens 7.1 e 7.2;
 - e) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis.

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

- **8.14** Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- **8.15** Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2°, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 5.7, deste edital.
- **8.15.1** Entenda-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.
- **8.16** Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



- a) A microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.
- b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 8.15.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.
- **8.17** Se nenhuma microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, satisfizer as exigências do item 8.16 deste edital, será declarado vencedor do certame o licitante detentor da proposta originariamente de menor valor.
- **8.18** O disposto nos itens 8.15 a 8.17, deste edital, não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.
- **8.19** Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos.
- **8.20** A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor licitações deste Município, conforme subitem 14.1 deste edital.
- **8.21** Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

IX – DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Para fins de habilitação neste pregão, o licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTAÇÃO, os seguintes documentos:
- **9.1.1** Declaração que atende ao disposto no artigo 7°, inciso XXXIII, da Constituição da República, conforme o modelo do Decreto Federal n° 4.358/2002;

9.1.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

9.1.3 REGULARIDADE FISCAL:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado ou do Município, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades;
- b) Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certificação do Instituto Nacional de Metrologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais; prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega.
- b) Atestado da capacitação técnico-operacional, em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características, quantidades e prazos, quando couber.
- c) Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado na entidade de classe competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado, quando couber.
- d) Certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável.
- e) Certificado de homologação ou Atestado de recomendação dos itens emitido uma montadora de veículos.
- f) Apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa, que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório.

Observação: Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar ao objeto licitado e sua execução guarde proporcionalidade entre a quantidade executada e o período utilizado para tanto.

9.1.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Balanço patrimonial já exigível e apresentado na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro no órgão competente e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- b) Para comprovação da boa situação financeira da empresa, serão apurados índices mínimos aceitáveis, pela aplicação da seguinte formula:

Onde: $AC = Ativo\ Circulante$; $AD = Ativo\ Disponível$; $ARLP = Ativo\ Realizável\ a\ Longo\ Prazo$; $AP = Ativo\ Permanente$; $AT = Ativo\ Total$; $PC = Passivo\ Circulante$; $PELP = Passivo\ Exigível\ a\ Longo\ Prazo$; $PL = Patrimônio\ Líquido$.

- c) É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.
- d) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento;
- **9.2** Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.
- **9.3** Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.
- **9.4** A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 5.7, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, previstos no item 9.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em 05 (cinco) dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.
- **9.5** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.



- **9.6** Ocorrendo a situação prevista no item 9.4, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.
- **9.7** O benefício de que trata o item 9.4 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.
- **9.8** A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 9.4, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 10.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 13.1, alínea *a*, deste edital.
- **9.9** O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

X – DA ADJUDICAÇÃO

- **10.1** Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.
- **10.2** Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.
- **10.3** Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante

XI – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- **11.1** Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.
- 11.2 Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.
- **11.3** A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.
- **11.4** O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco)

Praça IV de Maio, 16 - CEP 96635-000 - Amaral Ferrador / RS.

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: licitacon@amaralferrador.rs.gov.br



dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

XII – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- **12.1** Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará a licitante para assinar a Ata do Registro de Preços, no prazo de 3 (três) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- **12.2** O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo pela licitante.
- **12.3** Se, dentro do prazo estabelecido, o convocado não assinar a Ata, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação das penalidades especificadas para o caso.
- **12.4** Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para firmar a Ata de Registro de Preços, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.
- **12.5** O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços.

XIII – DA ENTREGA

- **13.1** A entrega dos itens deverá **15** (**quinze**) dias uteis após o envio da AF AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.
- **13.2** O fornecedor vencedor é responsável por arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.
- **13.3** O local de entrega será no **ALMOXARIFADO** da Prefeitura Municipal na Praça IV de Maio, 16, Centro, Amaral Ferrador, RS, ou em lugar especificado na AF AUTORIZAÇÃO DE FORNE-CIMENTO.
- **13.4** Se dentro do prazo estipulado, o vencedor não promover a entrega do objeto, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para o fornecimento do mesmo, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados pelo critério previsto neste pregão ou, então, revogará a Licitação.
- **13.5** O objeto desta licitação será considerado entregue depois de recebido e conferido pelo almoxarife / nutricionista, quanto a fiel observância das especificações contidas neste Edital.
- **13.6** Havendo rejeição do objeto licitado, na hipótese de estar em desacordo com as especificações e condições em que foi licitado, o licitante vencedor deverá retirá-lo do lugar onde se encontra armazenado, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação para assim proceder, sob pena de multa moratória correspondente a 0,05% sobre o valor do objeto rejeitado por dia de armazenamento excedente, e promover a imediata substituição do mesmo, facultado ao Município devolver o bem ao

Praça IV de Maio, 16 - CEP 96635-000 - Amaral Ferrador / RS.

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: <u>licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>



local de origem mediante remessa com frete a pagar para cuja providência desde já fica expressamente autorizada.

XIV – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- **14.1** O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da fatura acompanhada da planilha demonstrativa dos serviços, aprovada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.
- **14.2** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS, relativa aos empregados utilizados na prestação do serviço.
- **14.3** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.
- **14.4** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria, se couber.
- **14.5** A nota fiscal / fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

XV – DA SUSPENSÃO OU CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- **15.1** Os preços registrados poderão ser suspensos nos seguintes casos: a) Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o fornecedor esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Pregão que deu origem ao Registro de Preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data da decisão; b) Pelo fornecedor, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Pregão que deu origem ao Registro de Preços;
- 15.2 Os preços registrados poderão ser cancelados pela Administração, quando: a) O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços; b) O fornecedor não tenha retirado o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem a aceitação da justificativa pela Administração; c) O fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente do Registro de Preços; d) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; e) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; f) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.
- **15.3** Os preços registrados poderão ser cancelados pelo fornecedor: a) Mediante solicitação formal, o mesmo comprovar estar impossibilitado definitivamente de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

XVI – DO REALINHAMENTO DE PREÇOS



- **16.1** O beneficiário do registro poderá solicitar o realinhamento dos preços vigentes através de solicitação formal ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.
- **16.2** O realinhamento não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante na proposta e o preço de mercado vigente à época do pedido de revisão dos preços.
- **16.3** O pedido de realinhamento dos preços praticados poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados, podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo menor preço.
- **16.4** Os pedidos de realinhamento dos preços de que trata o item "19", se necessário tal equilíbrio, só serão aceitos com intervalos de periodicidade de 60 (sessenta) dias entre um e outro eventual pedido de atualização, devendo a solicitação ser protocolada nos primeiros quinze dias do mês subsequente ao bimestre citado.

XVII – DAS PENALIDADES

- **17.1** Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
 - a) Deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - b) Manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
 - c) Deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
 - d) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
 - e) Executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 2 (dois) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
 - f) Inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
 - g) Inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
 - h) Causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- **16.02** As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



16.03 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **18.1** Homologado e Adjudicado, pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços do Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração, que poderá convocar, quando necessário, á celebração das contratações decorrentes, mediante emissão da Autorização de Fornecimento, durante o período da sua vigência e nas condições do Edital.
- **18.2** A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.
- **18.3** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos os interesses públicos e administrativos, sem comprometimento da segurança da contratação.
- **18.4** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualidades e as exatas compreensões da sua proposta durante a realização da sessão pública deste pregão e desde que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação.
- **18.5** É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, ou à autoridade superior, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- **18.6** Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas por escrito, encaminhadas ao endereço eletrônico de email <u>Licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.
- **18.7** Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de licitações, através de publicação na página oficial do Município www.amaralferrador.rs.gov.br
- **18.8** Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.
- **18.9** Para agilizar os trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.



- **18.10** Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, por tabelião ou por servidor, ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- **18.11** As cópias extraídas da internet dos documentos referidos nos item 7.1.3, alíneas b, c e d, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.
- **18.12** A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1°, da Lei n° 8.666/1993, sobre o valor inicial contratado.
- **18.13** Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.
- **18.14** A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).
- **18.15** Constituem anexos e fazem parte integrante deste edital, os anexos:
 - a) Termo de referência ANEXO I;
 - b) Modelo de Credenciamento ANEXO II;
 - c) Modelo Declaração condições de habilitação ANEXO III;
 - d) Modelo Declaração de Menores ANEXO IV;
 - e) Modelo Declaração Microempresa, etc ANEXO V;
 - f) Modelo de Proposta ANEXO VI;
 - g) Minuta de Ata de Registro de Preços ANEXO VII;
 - h) Minuta de contrato ANEXO VIII.
- **18.16** Caso pretender retirar cópias do edital e seus anexos, os interessados deverão procurar o setor da Tesouraria Municipal desta Prefeitura ou, ainda, em local designado pelo Município, à obtenção do edital e anexos.
- **18.17** Há a possibilidade ainda de obter o edital e seus anexos, através do site do Município, www.amaralferrador.rs.gov.br;
- **18.18** Após a publicação do edital em diário oficial e/ou jornal de grande circulação, todos os demais atos pertinentes ao certame serão publicados no sitio oficial do Município www.amaralferrador.rs.gov.br, link de licitações.
- **18.19** Os casos omissos serão julgados à luz da legislação pertinente, pela Comissão de Licitação.
- **18.20** Havendo divergências entre a minuta de contrato (ANEXO VI) e o edital de licitação, prevalecerá este último.

18.21 Fica eleito o Foro da Comarca de Encruzilhada do Sul para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Amaral Ferrador, 03 de março de 2020.

NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA,

Prefeito Municipal.

Este edital foi devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.
Em/
Dr. Paulo Cesar <i>Lacerda</i> Assessor Jurídico – OAB/RS 79.951 Portaria nº 11.636

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: <u>licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>

ANEXO I PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: A contratação, pelo **MUNICÍPIO**, de empresa especializada PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, conforme como segue:

TOTAL GE	RAL				226.28	8,50
ITEM	DESCRIÇÃO	COMPATIVEL	UN		PU (R\$)	TOTAL
1.01	PNEU NOVO 17.5-25 16 LONAS TRASEIRO	RETRO JCB 4X4	pç	6	4.720,00	28.320,00
1.02	PNEU NOVO 12.5/80-18 DIANTEIRO	RETRO JCB 4X4	pç	6	1.630,00	9.780,00
1.03	PNEU NOVO 17.5-25 L3 ROCHA E TERRA	PATROLA GR 180	pç	6	4.720,00	28.320,00
1.04	PNEU NOVO 14.00-24 ROCHA E TERRA	PATROLA HUBER 130M	pç	9	2.730,00	24.570,00
1.05	PNEU NOVO 13.00 24 ROCHA E TERRA	PATROLA HUBER 130M / PATROLA GR	pç	6	2.490,00	14.940,00
1.06	PNEU NOVO RADIAL 195/65 R15 MISTO	SPIN	pç	12	395,85	4.750,16
1.07	PNEU NOVO RADIAL 185/70 R14 88T MIS- TO		pç	9	330,88	2.977,92
1.08	PNEU NOVO RADIAL 205/60 R15 91H MIS- TO		pç	36	449,69	16.188,84
1.09	PNEU NOVO RADIAL 175/65 R14 82T MIS- TO	FIESTA / FIESTA RETHE	pç	24	266,29	6.390,96
1.10	PNEU NOVO RADIAL 185/65R14 86T MISTO	GOL	pç	18	309,23	5.566,14
1.11	PNEU NOVO RADIAL 225/65 R16 112R MIS- TO		pç	12	844,90	10.138,80
1.12	PNEU NOVO RADIAL 185/65 R15 88H MIS- TO	SANDERO	pç	12	371,74	4.460,88
1.13	PNEU NOVO RADIAL 235/75 R15 109S MIS- TO	BLEISER	pç	6	574,86	3.449,16
1.14	PNEU NOVO RADIAL 195/65 R15 MISTO	SPIN	PÇ	6	314,45	1.886,70

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: <u>licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>



Ī		1			1	1 1
1.15	PNEU NOVO RADIAL 175/70 R13 MISTO		ΡÇ	6	194,00	1.164,00
1.16	PNEU NOVO RADIAL 185/65 R14		РÇ	9	335,00	3.015,00
1.17	PNEU NOVO RADIAL 185 R14 102/100 MIS- TO	комві	РÇ	15	434,00	6.510,00
1.18	PNEU NOVO 275/80 R22.5 16 LONAS		pç	3	1.817,00	5.451,00
1.19	PNEU NOVO 275/80 R22.5 16 LONAS BOR- RACHUDO		pç	6	1.974,00	11.844,00
1.20	PNEU NOVO 900-20 16 LONAS BORRA- CHUDO		pç	3	1.192,00	3.576,00
1.21	PNEU NOVO RADIA 1000/20 BORRACHUDO ROCHA E TERRA	CAÇAMBA	pç	12	1.332,50	15.989,94
1.22	PNEU NOVO RADIA 1000/20 LISO	CAÇAMBA	pç	3	1.060,00	3.180,00
1.23	PNEU NOVO 2.75 18 DIANTEIRO	мото	pç	3	89,33	268,00
1.24	PNEU NOVO 90/9018 TRASEIRO	мото	pç	3	98,00	294,00
1.25	PNEU NOVO 225/75 R15 C	CAMINHONETE	pç	6	559,50	3.357,00
1.26	PNEU NOVO 12.16 5 NHS 16L ROCHA E TERRA DIANTEIRO	RETRO RANDOM	pç	3	890,00	2.670,00
1.27	PNEU NOVO 16.9.24 16L ROCHA E TERRA TRASEIRO	RETRO RANDOM	pç	3	2.330,00	6.990,00
1.28	CAMARA 2.75 18	мото	pç	3	40,00	120,00
1.29	CAMARA 90.90	мото	pç	3	40,00	120,00

^{*} Valor unitário máximo aceitável.



ANEXO II PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MODELO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Senl	nor(a)	, porta	ador(a) da Cé	dula de
Identidade n.ºe do CPF	n.°	, a ₁	participar da l	icitação
instaurada pelo Município de				
XX/2020, na qualidade de REPRESENTAN	NTE LEGAL,	outorgando-lhe	plenos poder	es para
pronunciar-se em nome da empresa	, CNPJ	n.º, em com	o formular pro	opostas,
lances verbais e praticar os demais atos inerente	es ao certame.			
Endereço da Empresa:				
Telefones de contato :				
E-mail:				
Dados Bancários:				
1.	1			
LC	ocal, data			
	1			
Assinatura do(s)	dirigente(s) da	empresa		



ANEXO III PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A	(Razão	Social	da emp	resa)	,	CN	PJ n.º		,
localizada à	DE	CLARA,	para fin	s de	participação	na	licitação	modalidade	Pregão
Presencial n.º	03/2019, pa	romovida	pela Prefe	itura N	Municipal de	Amaı	ral Ferrad	or RS, e sob	as penas
da lei, de que	atende toda	s as exigê	ncias de H	IABIL	ITAÇÃO co	ntidas	no referi	do Edital.	
]	Local,	data				
	(As:	sinatura e	identifica	ção do	responsável	pela e	empresa)		



ANEXO IV PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO QUANTO AO EMPREGO DE MENORES

(Nome da empresa, inscrito no CNPJ n.º , por intermédio
e seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade
e do CPF n.º, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27
a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que
ão emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega nenor de 16 (dezesseis) anos.
essalva:
) emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
(Local, data)
(230tal, data)
Ain-street (management and a large)
Assinatura (representante legal)

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: licitacon@amaralferrador.rs.gov.br



ANEXO V PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A	empresa				,	inscrita	no	CNPJ
n.º_				com	sede	na	rua/	/avenida
		, n.°		,	bairro			, na
cida	nde/estado de		/	, por inter	rmédio d	le seu repr	esentar	ite legal
o ((a) Sr.(a)		,	portador(a)	da Cé	dula de	Identid	ade n.º
	, e inscrito(a	ı) no CPF n.º				, DE0	CLARA	A que se
	uadra na condição							
(EP	P), constituídas na f	orma da Lei Co	mplemei	ntar n.º 123/2	2006. Dec	clara ainda	que nã	io existe
nen	hum impedimento	entre os prev	vistos no	os inciso do	o § 4.°	do Artig	go 3.°	da Lei
Cor	nplementar n.º 123/2	2006.						
			T 1	•				
			Local e	e data.				
		,	Assin					
		(nome o		lor da empres	sa)			
			Razão	Social				



ANEXO VI PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MODELO DE PROPOSTA

LOTE	ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNIT R\$*	VALOR TOTAL R\$
	Valor Total: R\$						

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: <u>licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>



ANEXO VII PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

É objeto da presente ata o registro de preço unitário de **XXXXX**, ofertado pela empresa que segue, conforme quantitativo, descrição, marca/modelo e valor constantes abaixo:

FORNECEDOR: XXXXXXXXXXX. CNPJ: XXXXXXXXXXXX

ENDEREÇO: XXXXXXXXXXXXX

TELEFONE/E-MAIL: REPRESENTANTE: XXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- **2.1** Quando o preço registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior àquele praticado no mercado, o XXXXXXXXXXXX convocará o fornecedor para uma negociação, com o fim de obter redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado. Se resultar frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido e a Procuradoria-Geral de Justiça convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.
- **2.2** Quando o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor, mediante requerimento, comprovar a impossibilidade de cumprir o compromisso, **o Município** poderá:
- a) Liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmar a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- **b**) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação. Inexitosas as negociações, proceder-se-á à revogação da ata.
- **2.3** O preço ora registrado é o apresentado na proposta vencedora da licitação e não será objeto de reajuste, salvo disposição legal em contrário, emanada de órgão ou poder competente.



- 2.4 Poderá ser solicitada a revisão do preço registrado, desde que o pedido seja instruído por documentos comprobatórios da procedência do mesmo, tais como lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, de matéria-prima, de componentes ou outros documentos pertinentes.
- 2.5 A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá guardar a diferença percentual entre o preço originalmente proposto e o preço de mercado vigente à época.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

- 3.1 O presente termo de registro de preços tem validade pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua publicação resumida no Diário Eletrônico (DOE).
- 3.2 O fornecedor compromete-se a respeitar os prazos de entrega constantes do Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA CONTRATAÇÃO

- 4.1 O MUNICÍPIO, de acordo com suas necessidades, emitirá AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO, cabendo ao fornecedor, no prazo de até XXXXXXXX, a contar do seu recebimento, comparecer no endereço indicado, para firmar contrato de compra e venda, definidor de direitos e obrigações que regerão o fornecimento objeto deste registro de preços, em consonância com os termos do Edital, com a proposta apresentada e com a legislação em vigor.
- 4.2 A não assinatura do contrato de compra e venda, no prazo aqui estabelecido, autoriza o cancelamento do registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei e neste instrumento.
- 4.3 Ocorrendo o cancelamento do registro do fornecedor primeiro classificado, ou caso o mesmo não assine, não aceite ou não retire o contrato no prazo e condições estabelecidos pelo MUNICÍPIO, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de sua classificação, para assinar o contrato em igual prazo e nas mesmas condições, inclusive quanto ao preço, propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

- 5.1 O registro poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:
- a) Pelo Município, quando:

ços;

- a.1) o fornecedor não cumprir as exigências contidas no Edital ou na ata de registro de pre-
- a.2) o fornecedor, injustificadamente, deixar de firmar o contrato acima mencionado; Praca IV de Maio. 16 - CEP 96635-000 – Amaral Ferrador / RS.

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: licitacon@amaralferrador.rs.gov.br



- a.3) o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato, por um dos motivos elencados no artigo 78 da Lei Federal n.º 8.666/93;
- a.4) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- a.5) razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do artigo 78, inciso XII, da Lei Federal n.º 8.666/93 assim o determinarem;
- b) pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do Instrumento Convocatório.
- 5.2 O cancelamento será precedido de processo administrativo, devendo a decisão final ser fundamentada.
- 5.3 Qualquer comunicação decorrente do pedido de cancelamento será feita por escrito.
- 5.4 A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento do objeto até a decisão final, a qual deverá ser prolatada no prazo de até 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Instrumento Convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas correrão por conta da Unidade Orçamentária:

XXXXXXXX

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 É competente o foro da cidade de Encruzilhada do Sul, para nele dirimir dúvidas ou conflitos emergentes do processo.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 8.1 A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar contratações, sendolhe facultado realizar licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao fornecedor a preferência em igualdade de condições.
- 8.2 Integram a presente Ata: o Edital do Pregão, com todos seus anexos; a proposta de preços; as Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93; e a Lei Complementar n.º 123/06.

Amaral Ferrador,

Prefeito Municipal.

Fornecedor.



ANEXO VIII PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2020

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O **MUNICÍPIO DE AMARAL FERRA-DOR** e a empresa **XXXXXXXXX**.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE AMARAL FERRADOR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 90.152.299/0001-92, com sede na Praça IV de Maio, 16, Centro, CEP 96.635-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **NATANIEL SATIRO DO VAL CANDIA**, brasileiro, solteiro, eletricista, inscrito no CPF sob o nº 522.842.800-30, portador da cédula de identidade nº 4052944867, residente e domiciliado no Município de Amaral Ferrador, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXX, CEP XXXXXXXXX, em XXXXXXXXXX, aqui representada por **xXXXXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade nº XXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXX, denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato de fornecimento, na forma e condições dispostas a seguir:

TÍTULO I DO OBJETO

PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato, o fornecimento, pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, **de XXXXXXXXXXXXXXXX**, em estrita conformidade com as especificações e condições previstas no edital e anexo do PREGÃO Nº **XXXXXXXXX**, bem como na proposta da **CONTRATADA**, que são parte integrante do presente instrumento, como se nele estivesse transcrito.

Parágrafo Primeiro – Qualquer fornecimento não previsto no objeto do presente instrumento fica sujeito à celebração de um novo instrumento ou termo aditivo, sendo que eventuais prestações por parte da **CONTRATADA**, por seus representantes ou prepostos, sem instrumentação normativa superveniente, constituem mera liberação espontânea da **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

TÍTULO II DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

SEGUNDA – As entregas poderão ser parciais ou integrais, de acordo com a necessidade do **CONTRATANTE**, que formalizará suas necessidades mediante Autorização de Fornecimento, em até 03 (três) dias do pedido, na sede do **CONTRATANTE**.

TERCEIRA – O pagamento será realizado em conformidade com o disposto no edital de licitação da modalidade **PREGÃO № XXXXXXX**.

Praça IV de Maio, 16 - CEP 96635-000 – Amaral Ferrador / RS.

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: licitacon@amaralferrador.rs.gov.br



Parágrafo Único – O preço avençado compreende todos os encargos de natureza fiscal, parafiscal e demais despesas diretas ou indiretas indispensáveis ou necessárias ao fornecimento, inclusive frete.

TÍTULO III DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

QUARTA – O presente contrato se extinguirá pelo adimplemento das obrigações aqui ajustadas, ou, pelo implemento de seu termo; podendo, no entanto, além do estabelecido na cláusula segunda, ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo e mediante inequívoca comunicação ao outro contraente, com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência ou, ainda, pelo inadimplemento das cláusulas ou condições pactuadas no presente.

TÍTULO IV DA VIGENCIA

TÍTULO V DA RELAÇÃO JURÍDICA

SEXTA – O presente contrato se regerá pelas normas de direito civil aplicáveis, ficando expressamente ajustado que o fornecimento aqui regulamentado está amparado, além do contido no **PREGÃO Nº XXX/2020**, também pelas leis 8.666/93 e 8.078/90.

TÍTULO VI DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

SÉTIMA – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta de verbas existentes nas rubricas orçamentárias:

XXXXXXXXXX

TÍTULO VII DO FORO

OITAVA – Fica eleito o Foro da Comarca de Encruzilhada do Sul, para nele dirimirem eventuais dúvidas ou litígios acerca deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

TÍTULO VIII DA EFICÁCIA JURÍDICA

NONA – E, assim, estando justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, para que se produzam todos os efeitos jurídicos.

Amaral Ferrador, XXXXXXXXXXX

Praça IV de Maio, 16 - CEP 96635-000 – Amaral Ferrador / RS.

Fone: (051) 3670-1800 / FAX 3670-1814 E-mail: <u>licitacon@amaralferrador.rs.gov.br</u>



Pelo CONTRATANTE	Pela CONTRATADA
XXXXXXXX	XXXXXXXX
Prefeito Municipal	CONTRATADA

Testemu	ınhas:		
Nome		 	
GFF.			
Nome:		 	